

Impactos ambientais, econômicos e sociais da redução das jornadas de trabalho

Paulo Sergio Muçouçah¹

Resumo:

Algumas publicações recentes tem procurado demonstrar que a redução de jornadas de trabalho pode contribuir significativamente para a redução das emissões de gases de efeito estufa. Este artigo analisa a possibilidade do movimento sindical vir a retomar essa antiga bandeira na atual conjuntura, tendo em vista também as suas possíveis consequências econômicas e sociais. Para tanto, ele discute, entre outras coisas, de que maneira essa proposta incide sobre a grande polêmica hoje estabelecida em torno de dois caminhos de enfrentamento da crise climática: o *crescimento verde* e o *decrescimento*.

Palavras chaves: mudanças climáticas – jornada de trabalho - modelo de desenvolvimento.

Em julho deste ano, a edição brasileira da revista da BBC publicou um artigo² que retoma uma antiga reivindicação do movimento sindical, inserindo-a na luta contemporânea contra as mudanças climáticas globais. Apesar do evidente exagero contido no seu título, esse artigo se apoia nos dados de uma pesquisa realizada por uma universidade norte-americana que estima uma redução de 14,6% na nossa pegada de carbono caso a humanidade viesse a diminuir em 10% as suas horas semanais de trabalho. Com base nessa proporção, a eliminação de um dia inteiro de trabalho por semana implicaria

¹ Paulo Sergio Muçouçah é sociólogo e trabalha atualmente como consultor autônomo sobre temas socioambientais. Entre 2008 e 2018, foi coordenador dos programas de trabalho decente e empregos verdes do Escritório da OIT no Brasil

² SMEDLEY, T, *Como jornadas de trabalho menores podem salvar o mundo*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/revista-52959580>

num corte de quase 30% das atuais emissões de gases de efeito estufa em escala mundial.

Esses dados são corroborados por outros estudos, tais como o que foi publicado pela revista *Autonomy* em abril de 2019³, que calcula qual seria o tamanho da jornada de trabalho compatível com a meta de manutenção do aquecimento global abaixo de 2°C nos próximos anos. Ambos os artigos acabam chegando à mesma conclusão: a eliminação de um dia de trabalho por semana pode levar a uma sensível redução das emissões globais de gases de efeito estufa, contribuindo assim para a mitigação das mudanças climáticas. Essa redução das emissões seria consequência da diminuição do consumo de energia e de matérias primas empregadas não apenas na produção direta de bens e serviços, mas também na alimentação fora de casa e nos deslocamentos diários entre as residências e os locais de trabalho de um vasto contingente de trabalhadores.

Para que a conclusão desses artigos venha a ser confirmada na prática, porém, são necessárias algumas condições. A primeira delas, bastante óbvia, é a de que a redução das jornadas de trabalho precisaria ser acompanhada de fato por uma diminuição proporcional do consumo de energia e matérias primas, sem o que ela não teria nenhum impacto sobre as emissões de gases de efeito estufa. Isso exclui de antemão, portanto, a possibilidade de que as horas eliminadas das jornadas de trabalho dos trabalhadores atualmente empregados acabem sendo compensadas pela contratação de mais trabalhadores, o que manteria inalterada a quantidade total de horas trabalhadas na economia.

As horas de trabalho eliminadas tampouco poderiam ser contrabalançadas por eventuais ganhos de produtividade que assegurassem a manutenção dos atuais níveis de produção de bens e serviços, salvo se as inovações tecnológicas introduzidas fossem capazes de proporcionar simultaneamente um aumento tão significativo de eficiência no uso de energia e matérias primas

³ FREY, P. *The ecological limits of work*. Disponível em: <http://autonomy.work/wp-content/uploads/2019/05/The-Ecological-Limits-of-Work-final.pdf>

que levasse efetivamente a uma diminuição do seu consumo total. Cabe lembrar que, na maioria das vezes, não é isso que acontece nas economias capitalistas, onde os ganhos de eficiência tendem a provocar um aumento da produção, com a conseqüente elevação do consumo agregado de energia e matérias primas.

Crescer ou não crescer, eis a questão

Contrariando todas as evidências nesse sentido, há os que ainda acreditam que as inovações tecnológicas serão capazes de assegurar por si só a redução das emissões de carbono, mesmo com o ritmo atual de crescimento da economia mundial. São os defensores do chamado *crescimento verde*, para os quais a mitigação das mudanças climáticas depende sobretudo do redirecionamento dos investimentos produtivos para as atividades econômicas ambientalmente sustentáveis, bem como de uma transição da atual matriz energética baseada em combustíveis fósseis para uma nova matriz centrada em fontes renováveis. Essa transição seria complementada pela instauração de uma “economia circular”, que reduziria o consumo de energia e de matérias primas graças ao prolongamento do ciclo de vida dos produtos e da sua reciclagem pós-consumo.

Outra corrente de pensamento entende que a economia mundial não pode continuar a crescer indefinidamente sem colocar em risco os processos naturais que asseguram as condições de sobrevivência da espécie humana no planeta. Agrupados em torno da bandeira genérica do *decremento*, os adeptos dessa corrente se mostram muito mais céticos com relação às supostas soluções tecnológicas para a crise climática, na medida em que atribuem as suas origens às características estruturais do modelo de desenvolvimento dominante, voltado para a busca incessante de lucro e para o crescimento econômico a qualquer custo. Na visão deles, os eventuais ganhos de eficiência no uso dos recursos naturais acabariam sendo colocados, mais cedo ou mais tarde, a serviço da acumulação de capital por meio do aumento da produção e do consumo.

A despeito da diversidade das posições abrigadas por essa segunda corrente, o que ela propõe em última instância é um questionamento radical ao conceito de desenvolvimento vigente, imediatamente associado à ideia de crescimento econômico infinito e ao aumento progressivo do consumo de bens materiais. Nas palavras de um dos seus principais representantes,

O decrescimento significa principalmente a abolição do crescimento econômico como um objetivo social. Isso implica uma nova direção para a sociedade, na qual as sociedades usarão menos recursos naturais e se organizarão e viverão de maneira diferente a partir de então. Os economistas ecológicos definem o decrescimento como uma diminuição equitativa da produção e do consumo que reduzirá o fluxo de energia e matérias-primas das sociedades.⁴

Mais do que uma simples mudança dos atuais padrões de produção e de consumo, o decrescimento pressupõe, portanto, uma nova forma de organização das sociedades, bem como uma nova relação delas com a natureza. A exploração exaustiva dos recursos naturais para a produção de uma quantidade cada vez maior de bens de consumo – muitos deles bastante supérfluos - com o único fim de assegurar a reprodução ampliada do capital teria que dar lugar a uma economia voltada essencialmente para o atendimento das necessidades básicas da população, sem colocar em risco os ecossistemas indispensáveis à manutenção da vida no planeta. Numa economia desses tipo, seria plenamente possível devolver aos trabalhadores parte do tempo que lhes é subtraído em troca da sua mera subsistência, ao invés de continuar a explorar ao máximo a sua força de trabalho, até o ponto em que ela se torna descartável por não conseguir competir com os custos de aquisição e manutenção das máquinas.

É nesse contexto que a velha proposta de redução das jornadas de trabalho acaba adquirindo um novo significado. Resta saber, porém, em que medida ela pode vir a ser retomada pelo movimento sindical na atual conjuntura.

⁴ MASTINI, R. *Degrowth: the case for a new economic paradigm*. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/degrowth-case-for-constructing-new-economic-paradigm/>

Os sindicatos e a luta pela redução das jornadas de trabalho hoje

O próprio artigo publicado pela BBC se encarrega de arrolar diversos exemplos de redução de jornadas de trabalho recentemente conquistada pelos trabalhadores de alguns países europeus. É verdade que, na maioria das vezes, essa redução só é alcançada na medida em os trabalhadores concordem em abrir mão de parte dos salários recebidos anteriormente. Face a isso, torna-se difícil imaginar que, em circunstâncias normais, tal bandeira possa vir a ser empunhada amplamente pelo movimento sindical dos países menos desenvolvidos, onde os salários costumam ser insuficientes para cobrir até mesmo as despesas básicas dos trabalhadores e das suas famílias.

Entretanto, a pandemia do coronavírus está ocasionando uma série de mudanças na economia e no mundo do trabalho que eram simplesmente impensáveis até pouco tempo atrás . Dentre elas, podemos destacar:

- a) A queda brutal no consumo das famílias, com repercussões imediatas sobre a produção e a comercialização de bens e serviços;
- b) A sensível diminuição de horas trabalhadas pela maioria das empresas, forçada tanto pelo enfraquecimento do mercado consumidor como pelas medidas de isolamento social necessárias para o controle da pandemia;
- c) O encolhimento do mercado de trabalho formal, sem que haja até agora qualquer perspectiva de reversão dessa tendência a curto prazo;
- d) A falência generalizada das micro e pequenas empresas, cuja força de trabalho agora liberada irá pressionar ainda mais a oferta de empregos;
- e) A implementação ou ampliação de programas de transferência de renda para trabalhadores desempregados, informais e, em alguns casos, até para trabalhadores formais de baixa renda;

Diante desse quadro, torna-se inevitável perguntar: por que manter jornadas de trabalho exaustivas para alguns poucos trabalhadores quando a grande maioria permanece desocupada ou sub-ocupada ? A redução dessas jornadas não poderia contribuir para a expansão da oferta de empregos no mercado de trabalho formal, apesar da retração da atividade econômica? Isso não teria um

efeito benéfico sobre o conjunto da economia, na medida em que ajudaria a alavancar pelo menos o consumo dos bens essenciais ?. Cabe lembrar que foi durante a crise econômica do final dos anos noventa que a redução das jornadas de trabalho esteve mais presente na agenda do movimento sindical brasileiro.

Como já foi dito anteriormente, a simples transferência de uma parte do total de horas trabalhadas no conjunto da economia para novos trabalhadores não teria qualquer impacto imediato sobre as emissões de gases de efeitos estufa. No atual momento, entretanto, essa transferência pode adquirir um significado social, político e pedagógico muito importante, tendo em vista que os trabalhadores dificilmente aceitariam reverter a redução das suas jornadas de trabalho após a retomada do crescimento econômico. Principalmente se essa retomada for acompanhada de um questionamento mais profundo ao modelo de desenvolvimento vigente, nos moldes do que hoje fazem tanto os adeptos da corrente do *decrescimento*, como também alguns economistas ortodoxos que ficaram bastante impressionados com os efeitos desastrosos da pandemia.

Nessas condições, a luta pela redução das jornadas de trabalho poderia vir a representar também, entre outras coisas, uma forma de inserção do movimento sindical no enfrentamento da crise climática e, conseqüentemente, no combate ao modelo de desenvolvimento que a produziu.